



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ACTA N.º 104/X/4.^a

Aos sete dias do mês de Julho do ano dois mil e nove reuniu, pelas dez horas e vinte e cinco minutos, na sala três, a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

10H00

1. Audição no âmbito da apreciação, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 276/X (GOV), que autoriza o Governo a alterar o Estatuto da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas:

- **10H00** – CTOC - Câmara dos Técnicos de Oficiais de Contas
- **10H45** – CNOP – Conselho Nacional das Ordens Profissionais
- **11H30** – Observatório Cívico dos Contabilistas
- **12H15** – APECA (Associação Portuguesa das Empresas de Contabilidade e Administração); CONTAS RESULTADOS e MONERIS, SGPS;

15H00

2. Audição no âmbito da apreciação na especialidade da **Proposta de Lei n.º 282/X (GOV)** - Aprova o regime processual aplicável às contra-ordenações laborais e de Segurança Social, **Proposta de Lei n.º 283/X (GOV)** - Estabelece o regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho e **Proposta de Lei n.º 285/X (GOV)** – Aprova a Regulamentação do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro; e **Projecto de Lei n.º 780/X (PS)** - Estabelece o regime jurídico do trabalho no domicílio, **Projecto de Lei n.º 781/X (PS)** - Conselhos de Empresa Europeus e **Projecto de Lei n.º 786/X (PS)** - Regulamenta o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, incluindo a reabilitação e reintegração profissionais, nos termos do artigo 284.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro:

- **Confederação da Indústria Portuguesa (CIP);**

3. Apreciação e votação das Actas n.ºs 100, 101 e 102;

4. Apreciação do Parecer relativo à **Proposta de Lei n.º 268/X (GOV)** – Procede à primeira alteração ao Estatuto da Ordem dos Enfermeiros, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 104/98, de 21 de Abril - Deputado autor do Parecer: Miguel Santos (PSD);



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

5. Apreciação do Parecer relativo à **Proposta de Lei n.º 276/X (GOV)** – Autoriza o Governo a alterar o estatuto da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 452/99, de 5 de Novembro - Deputado autor do Parecer: Miguel Santos (PSD);
6. Apreciação do Parecer relativo ao **Projecto de Lei n.º 565/X (CDS-PP)** – Consagra a prioridade no atendimento nos serviços públicos para os voluntários - Deputado autor do Parecer: Jorge Machado (PCP);
7. Apreciação do Parecer relativo ao **Projecto de Lei n.º 730/X (PS)** – Introduce e regula a recolha e o tratamento de dados sobre «deficiências» no mapa de quadro de pessoal previsto na legislação específica - Deputado autor do Parecer: Jorge Machado (PCP);
8. Apreciação do Parecer relativo ao **Projecto de Lei n.º 762/X (PCP)** – Reforça a protecção social em situação de desemprego - Deputado autor do Parecer: Miguel Laranjeiro (PS);
9. Apreciação e Votação do Relatório Final da **Petição n.º 572/X** da iniciativa de António Manuel Gomes Fernandes e Outros sobre “Violação reiterada dos direitos laborais dos trabalhadores vigilantes da segurança privada” - Deputada Relatora: Maria de Lurdes Ruivo (PS);
10. Apreciação e Votação do Relatório Final da **Petição n.º 568/X** da iniciativa do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Centro, “Pela permanência da Direcção Regional de Economia do Centro em Coimbra” - Deputado Relator: Miguel Laranjeiro (PS);
11. Apreciação da Redacção Final do diploma que autoriza o Governo a alterar o Código de Processo do Trabalho, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 480/99, de 9 de Novembro;
12. Apreciação do Parecer sobre a Recomendação n.º 198 da Organização Internacional do Trabalho “Sobre as relações de Trabalho” – Deputado Relator: Jorge Machado (PCP);
13. Discussão e votação na especialidade do **Projecto de Lei n.º 640/X (PSD)** - “Alteração do Regime de Apoio ao Acolhimento Familiar”;
14. Discussão e votação na especialidade do Texto de Substituição relativo à criação de um Regime Especial de Protecção Social na Invalidez (**Projectos de Lei n.ºs 502/X (BE)** – “Criação de um esquema de protecção social, em condições especiais, a atribuir às pessoas que sofrem de Doença de Alzheimer” e **504/X (BE)** – “Criação de um esquema de protecção social, em condições especiais, a atribuir às pessoas que sofrem de Doença de Parkinson”);



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

15. Início da discussão e votação na especialidade da **Proposta de Lei n.º 270/X (GOV)**, que Aprova o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.

NOTA: Distribuição das seguintes iniciativas legislativas:

- **Projecto de Lei n.º 848/X (BE)** – Combate a precariedade dos trabalhadores da Administração Central, Regional e Local;
- **Projecto de Lei n.º 849/X (BE)** – Altera o Código de Trabalho, repondo o “direito ao tratamento mais favorável”;
- **Projecto de Lei n.º 857/X (BE)** – Estabelece um regime especial de segurança social e de reinserção profissional para os bailarinos profissionais de bailado clássico ou contemporâneo;
- **Projecto de Lei n.º 858/X (PCP)** – Elimina as quotas no sistema integrado de gestão e avaliação de desempenho;
- **Projecto de Lei n.º 859/X (PCP)** – Impede o despedimento dos trabalhadores da Administração Pública por razões subjectivas;
- **Projecto de Resolução n.º 522/X (De. Ninsc João Paulo Areia de Carvalho)** – Recomenda ao Governo que regule o exercício profissional da actividade de optometrista e crie condições para a integração da optometria no serviço Nacional de Saúde.

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado Alberto Arons de Carvalho (PS), iniciou a reunião cumprimentando, em representação da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (CTOC), o respectivo presidente, Senhor António Domingues de Azevedo, e o Dr. Amândio Silva, jurista, agradecendo desde logo a sua presença no âmbito da apreciação na generalidade Proposta de Lei n.º 276/X (GOV), que autoriza o Governo a alterar o Estatuto da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas. Esta audição foi gravada em suporte áudio, encontrando-se disponível na página da internet da 11ª Comissão, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

Após uma intervenção inicial do presidente da CTOC, durante a qual realçou a importância da criação de mecanismos de independência dos TOC, o que se verifica na proposta de lei em apreço, a passagem da câmara a ordem que, apesar de considerar uma questão semântica, não deixou de qualificar como importante, e a chamada de atenção para o facto de, nos últimos cinco anos, as receitas fiscais terem aumentado sempre, usou da palavra o Senhor Deputado Costa Amorim (PS), que disse que o PS está atento a todos contributos.

Concluída esta audição, teve lugar a do Conselho Nacional das Ordens Profissionais, que se fez representar pelo seu presidente e bastonário da Ordem dos Engenheiros, Engenheiro Fernando Santo. Tendo esta audição sido gravada em suporte áudio e encontrando-se



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

disponível na página da internet da 11ª Comissão, dispensa-se o seu desenvolvimento nesta sede.

O presidente do CNOP fez sentir que tinha tido alguma dificuldade em reunir a opinião das 13 ordens profissionais que fazem parte do CNOP mas, ainda assim, não pôde deixar de afirmar que "se quer transformar os TOC em cobradores de impostos, que se está perante a criação de uma falsa ordem por não satisfazer os requisitos da Lei n.º 6/2008, de 13 de Fevereiro, e que há uma promiscuidade entre o que constitui o dever de uma ordem profissional e interesses económicos ou de outra natureza". Daí a sua perplexidade pelo conteúdo da proposta de lei em apreço.

Após esta intervenção, teve lugar um período de pedidos de esclarecimentos, no qual usaram da palavra os Senhores Deputados Costa Amorim (PS) e Adão Silva (PSD), que disse ter ficado muito preocupado com as observações feitas, perguntando o que deveriam então os Deputados fazer, se travar o processo legislativo em curso. O Engenheiro Fernando Santo sugeriu que a proposta de lei fosse revista e ouvidos por escrito os representantes das diversas ordens profissionais existentes, designadamente os Revisores Oficiais de Contas.

Finalizada esta audição, teve lugar a do Observatório Cívico dos Contabilistas, a qual foi gravada em suporte áudio e encontra-se disponível na página da internet da 11ª Comissão, dispensando-se o seu desenvolvimento nesta sede. Estiveram presentes os Senhores António Domingues Rebelo, Euclides Gonçalves Carreira, José Luís Pinto Ribeiro, Rui Manuel Fonseca Ramos, Vítor Manuel Cunha, Maria Teresa Eva das Neves, Eduardo Barros e Vítor Martins.

Após uma intervenção inicial dos representantes do Observatório, com enfoque no contributo remetido durante a fase de consulta pública, usaram da palavra os Senhores Deputados Costa Amorim (PS) e Mariana Aiveca (BE).

Seguiu-se a audição da APECA - Associação Portuguesa das Empresas de Contabilidade e Administração, representada pelo Dr. Albano Santos e pelos Directores Fernando Santos e Carlos Ferreira, a qual foi gravada em suporte áudio e encontra-se disponível na página da internet da 11ª Comissão, dispensando-se o seu desenvolvimento nesta sede.



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Após uma intervenção inicial na qual a APECA fez sentir que não está contra todo o Estatuto, opondo-se apenas aos pontos que colidem com os interesses das empresas, o Senhor Deputado Costa Amorim (PS) agradeceu os contributos enviados atempadamente pela APECA durante a consulta pública bem como a disponibilidade dos seus representantes para estarem presentes naquela audição, tendo o Senhor Presidente considerado concluída aquela audição.

A reunião prosseguiu com a audição conjunta do Senhor Vítor Vicente da CONTAS RESULTADOS e dos Senhores Drs. Carlos Duarte Oliveira e Rui Pedro Almeida, na qualidade de Presidentes, respectivamente, do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da MONERIS, SGPS, a qual foi gravada em suporte áudio e encontra-se disponível na página da internet da 11ª Comissão, dispensando-se o seu desenvolvimento nesta sede.

Após intervenções iniciais, a Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) agradeceu os contributos enviados na fase de consulta pública, bem como os documentos que serviram de suporte àquela audição. Também o Senhor Presidente agradeceu a disponibilidade dos representantes de ambas as empresas e concluiu a audição, declarando interrompida a reunião pelas treze horas e cinco minutos.

O Senhor Presidente retomou a reunião pelas quinze horas e dez minutos, agradecendo a presença da delegação da Confederação da Indústria Portuguesa (CIP), integrada pelo Dr. Gregório Rocha Novo, pelo Dr. Luís Henrique e pelo Dr. Nuno Biscaya, no âmbito da apreciação na especialidade das seguintes iniciativas legislativas: Proposta de Lei n.º 282/X (GOV) - Aprova o regime processual aplicável às contra-ordenações laborais e de Segurança Social, Proposta de Lei n.º 283/X (GOV) - Estabelece o regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho e Proposta de Lei n.º 285/X (GOV) - Aprova a Regulamentação do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro; e Projecto de Lei n.º 780/X (PS) - Estabelece o regime jurídico do trabalho no domicílio, Projecto de Lei n.º 781/X (PS) - Conselhos de Empresa Europeus e Projecto de Lei n.º 786/X (PS) - Regulamenta o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, incluindo a reabilitação e reintegração profissionais, nos termos do artigo 284.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro.



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A presente reunião foi gravada em suporte áudio, encontrando-se disponível na página da *Internet* da 11ª Comissão, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

De seguida, deu a palavra ao Dr. Gregório Novo, que fez uma intervenção inicial aludindo a aspectos de todas as iniciativas legislativas em presença, com excepção da Proposta de Lei n.º 283/X, sobre a qual tomou a palavra o Dr. Nuno Biscaya.

Após estas intervenções, teve lugar um período de pedidos de esclarecimentos, no qual usaram da palavra os Senhores Deputados Maria José Gamboa (PS), Pedro Mota Soares (CDS-PP) e Adão Silva (PSD), os quais foram respondidos pelo Dr. Gregório Novo.

Concluída esta audição, o Senhor Presidente passou para o ponto três da Ordem de Trabalhos, submetendo à votação as Actas números cem, cento e um e cento e dois, as quais foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP.

No quarto ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Deputado Miguel Santos (PSD) apresentou de forma sucinta o Parecer relativo à Proposta de Lei n.º 268/X (GOV), que procede à primeira alteração ao Estatuto da Ordem dos Enfermeiros, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 104/98, de 21 de Abril. De seguida, foram submetidas à votação, nos termos regimentais, as partes I (considerandos) e III (conclusões) do referido parecer, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Antes de passar ao ponto seguinte da Ordem de Trabalho, o Senhor Presidente da Comissão aludiu à Ordem de Trabalhos do dia seguinte e referiu as petições, sobre as quais ainda não foi elaborado Relatório, solicitando aos Senhores Deputados Relatores que as ultimem e apresentem até ao final da sessão. No que diz respeito a tarefas pendentes, o Senhor Presidente da Comissão fez ainda referência aos pareceres sobre as convenções internacionais da OIT, solicitando também que os Deputados designados para elaborarem pareceres os apresentem até ao final da sessão legislativa. Por último, colocou em cima da mesa o calendário de trabalhos nessa semana.

O Senhor Deputado Adão Silva (PSD) pediu a palavra para referir que o PSD está disponível para trabalhar após o plenário se assim for necessário.



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) informou da sua indisponibilidade para trabalhar após o plenário de 5ª feira, dado que nessa data se realiza o jantar de final de sessão legislativa do seu Grupo Parlamentar, ao qual não pode faltar. No entanto, sugeriu que a Comissão pudesse reunir ao fim da manhã de 5ª feira.

O Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) referiu que na 5ª feira de manhã, após as reuniões dos Grupos Parlamentares e só depois, lhe parecia uma boa sugestão. No que diz respeito à possibilidade de reunião após o plenário de 4ª feira informou que nessa data se realizava o jantar de fim de sessão legislativa do Grupo Parlamentar do PCP.

O Senhor Presidente da Comissão aludiu à realização do jantar do Grupo Parlamentar do PS, que também se encontra agendado para 4ª feira, pelo que atendendo à duração do plenário na 4ª feira, será difícil concretizar-se a reunião desse dia. Em relação a 5ª feira após plenário, deixou em suspenso, referindo que dependeria da duração do plenário e se existiria tempo desde o fim do plenário para uma breve reunião que não impossibilitasse o Senhor Deputado Pedro Mota Soares de estar presente no jantar do seu Grupo parlamentar. Finalmente determinou que, de acordo com as opiniões expressas, fosse agendada uma reunião para as 12h de 5ª feira para discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 270/X.

No quinto ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Deputado Miguel Santos (PSD) apresentou o Parecer relativo à Proposta de Lei n.º 276/X (GOV), que autoriza o Governo a alterar o estatuto da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 452/99, de 5 de Novembro, concluindo que não se encontrava em condições para subir a plenário porque *“a proposta de lei foi apresentada sem respeitar a legislação relativa a associações públicas profissionais, Lei n.º 6/2008, de 13 de Fevereiro”* e *“porque levanta legítimas dúvidas relativamente à sua conformidade constitucional e bem assim com a legislação comunitária, como resulta de diversos e doutos pareceres jurídicos subscritos por eminentes professores de direito disponíveis no site da Comissão”*.

A Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) começou por cumprimentar o Deputado Autor do Parecer pelo trabalho desenvolvido e concordou que esta proposta de lei levanta sérias dúvidas em relação à sua conformidade com a Lei das Associações Pública Profissionais e mesmo com a Constituição da República Portuguesa. Tendo em conta estes circunstancialismos, o PS irá abster-se na votação do Parecer em apreço.



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) pediu a palavra para concordar com o exposto anteriormente, sublinhando as muitas dúvidas legais e constitucionais que este diploma encerra. Relembrou ainda que este é um processo com antecedentes, dado que a última tentativa de criação da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas tinha sido realizada através de uma «norma cavaleiro» no Orçamento de Estado. Concordou então com as conclusões do Parecer do senhor Deputado Miguel Santos e referiu que o CDS-PP iria votar favoravelmente.

Não existindo mais inscrições, o Senhor Presidente da Comissão submeteu a votação as partes I (considerandos) e III (conclusões) do referido parecer, as quais foram aprovadas com os votos favoráveis do PSD, PCP, CDS-PP e BE e com a abstenção do PS.

De seguida passou-se para o ponto seis da Ordem de Trabalhos, no qual o Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) apresentou de forma sucinta o Parecer relativo ao Projecto de Lei n.º 565/X (CDS-PP), que consagra a prioridade no atendimento nos serviços públicos para os voluntários. De seguida, foram submetidas à votação, nos termos regimentais, as partes I (considerandos) e III (conclusões) do referido parecer, as quais foram aprovadas por unanimidade.

No ponto sétimo da Ordem de Trabalhos, o Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) apresentou o Parecer relativo ao Projecto de Lei n.º 730/X (PS), que introduz e regula a recolha e o tratamento de dados sobre «deficiências» no mapa de quadro de pessoal previsto na legislação específica. Após o que foram submetidas à votação, nos termos regimentais, as partes I (considerandos) e III (conclusões) do referido parecer, as quais foram aprovadas por unanimidade.

No ponto seguinte da Ordem de Trabalhos, o Senhor Deputado Miguel Laranjeiro (PS) apresentou o Parecer relativo ao Projecto de Lei n.º 762/X (PCP), que reforça a protecção social em situação de desemprego. De seguida, foram submetidas à votação, nos termos regimentais, as partes I (considerandos) e III (conclusões) do referido parecer, as quais foram aprovadas por unanimidade.

No nono ponto da Ordem de Trabalhos, a Senhora Deputada Maria de Lurdes Ruivo (PS) apresentou o Relatório Final da Petição n.º 572/X da iniciativa de António Manuel Gomes



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Fernandes e Outros sobre “Violação reiterada dos direitos laborais dos trabalhadores vigilantes da segurança privada”, cujo parecer é no seguinte sentido: *“Deve a Petição n.º 572/X/4.ª, acompanhada do presente relatório, ser remetida ao Senhor Presidente da Assembleia da República, para efeitos de agendamento da sua apreciação em plenário, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 19.º, da alínea a) do n.º 1 e do n.º 2, ambos do artigo 24.º do Regime Jurídico do Exercício do Direito de Petição, aprovado pela Lei n.º 43/90, de 10 de Agosto (com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 6/93, de 1 de Março, 15/2003, de 4 de Junho e 45/2007, de 24 de Agosto)”*.

O Senhor Presidente colocou então à votação o Relatório Final da Petição, que foi aprovado por unanimidade.

No ponto dez da Ordem de Trabalhos, o Senhor Deputado Miguel Laranjeiro (PS) apresentou o Relatório Final da Petição n.º 568/X da iniciativa do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Centro, “Pela permanência da Direcção Regional de Economia do Centro em Coimbra”, cujo parecer é no seguinte sentido: *“Deve a Petição n.º 568/X/4.ª, acompanhada do presente relatório e demais documentos anexos, ser remetida ao Senhor Presidente da Assembleia da República, para efeitos de agendamento da sua apreciação em plenário, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 19.º, da alínea a) do n.º 1 e do n.º 2, ambos do artigo 24.º do Regime Jurídico do Exercício do Direito de Petição, aprovado pela Lei n.º 43/90, de 10 de Agosto (com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 6/93, de 1 de Março, 15/2003, de 4 de Junho e 45/2007, de 24 de Agosto)”*.

O Senhor Presidente colocou então à votação o Relatório Final da Petição, que foi aprovado por unanimidade.

O Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) solicitou a palavra para pedir a alteração da Ordem de Trabalhos, no sentido do ponto doze ser apreciado antes do ponto onze.

Não havendo oposição, o Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) para apresentar o Parecer sobre a Recomendação n.º 198 da Organização Internacional do Trabalho “Sobre as relações de Trabalho”. De seguida, o mesmo foi aprovado por unanimidade.



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

No décimo primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, a redacção final do diploma que autoriza o Governo a alterar o Código de Processo do Trabalho, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 480/99, de 9 de Novembro foi aprovada por unanimidade, tendo sido aceites as alterações de redacção sugeridas na Informação n.º 496/DAPLEN/2009, de 1 de Julho, no sentido de aperfeiçoar o estilo do texto em causa.

De seguida, a Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) solicitou a palavra para pedir o adiamento para uma próxima reunião da discussão e votação na especialidade do Projecto de Lei n.º 640/X (PSD), dada a impossibilidade da Senhora Deputada Maria do Rosário carneiro (PS) estar presente nesta reunião.

O Senhor Deputado Adão Silva (PSD) concordou que a discussão e votação na especialidade do referido Projecto de Lei fosse adiada, mas demonstrou a sua esperança de que não fosse um adiamento *sine die* e que apreciação em Comissão pudesse ocorrer brevemente.

Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Comissão adiou o ponto treze da reunião e passou para o ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.

Usou da palavra, em primeiro lugar, a Senhora Deputada Esmeralda Salero Ramires (PS) que fez a síntese do processo por que passou o texto de substituição dos Projectos de Lei n.ºs 502 e 504/X (BE), encontrando-se em condições de ser votado, na especialidade, pela Comissão.

A Senhora Deputada Mariana Aiveca (BE) corroborou a ideia de que a Comissão está em condições de concluir um texto muito importante para os destinatários e sugeriu a sua aprovação imediata, sem prejuízo da possibilidade, também nele consagrada, de revisão futura.

O Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP), reconhecendo que nem sempre foi possível ao CDS-PP acompanhar as reuniões do Grupo de Trabalho, quis deixar expresso o seu elogio, muito especialmente à Deputada Mariana Aiveca, que impulsionou a sua criação.



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

De seguida, foi aprovado, por unanimidade, o texto de substituição relativo à criação de um regime especial de protecção social na invalidez (Projectos de Lei n.ºs 502/X (BE) – “Criação de um esquema de protecção social, em condições especiais, a atribuir às pessoas que sofrem de Doença de Alzheimer” e 504/X (BE) – “Criação de um esquema de protecção social, em condições especiais, a atribuir às pessoas que sofrem de Doença de Parkinson”), nos termos descritos no respectivo relatório de discussão e votação na especialidade.

Antes do ponto seguinte da Ordem de Trabalhos, deliberou-se fazer um pequeno intervalo de 15 minutos. Após o qual, o Senhor Presidente passou para o ponto quinze da Ordem de Trabalhos, dando início, nos termos regimentais, à discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 270/X (GOV), que aprova o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, a qual foi integralmente gravada em suporte áudio, tendo ficado posteriormente acessível na Internet na página da 11ª Comissão, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento nesta sede. Refira-se ainda que se procedeu à elaboração de respectivo relatório de votação.

Antes do início da votação, o Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) pediu a palavra para apresentar um requerimento à mesa no sentido de suspensão dos trabalhos até ao momento em que o Governo apresente um estudo sobre a avaliação de impacto do diploma.

De seguida tomaram a palavra os Senhores Deputados Jorge Machado (PCP), Adão Silva (PSD) e Mariana Aiveca (BE) para apoiarem o requerimento apresentado pelo Grupo parlamentar do CDS-PP.

A Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) não concordou com o defendido pelos outros Grupos Parlamentares, nem tão pouco com o conteúdo do requerimento do CDS-PP.

O Senhor Presidente da Comissão submeteu então à votação o requerimento, cuja votação foi a seguinte: votos a favor do PSD, PCP, CDS-PP e BE e os votos contra do PS. Não tendo sido aprovado o requerimento em causa, prosseguiu-se com os trabalhos e iniciou-se a discussão e votação na especialidade.



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Comissão deu por encerrada a reunião às vinte horas e dez minutos, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 16 de Julho de 2009.

O PRESIDENTE,

Alberto Arons de Carvalho



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva
Alberto Arons de Carvalho
Arménio Santos
Costa Amorim
Custódia Fernandes
Esmeralda Salero Ramires
Isabel Coutinho
Jorge Machado
Jorge Strecht
Maria José Gamboa
Mariana Aiveca
Miguel Laranjeiro
Miguel Queiroz
Miguel Santos
Pedro Mota Soares
Pedro Quartin Graça
Maria de Lurdes Ruivo
Maria Helena Rodrigues
Mário Mourão
Odete João
Sónia Fertuzinhos
Teresa Moraes Sarmiento

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Santos
Maria Cidália Faustino

Esteve ausente em Trabalho Parlamentar a seguinte Senhora Deputada:

Helena Oliveira